

# GOVERNO SEM JUÍZO, PAÍS SEM EDUCAÇÃO

Engana-se quem supõe que o Brasil poderá continuar "deitado eternamente em berço esplêndido". Os tempos são outros desde a Segunda Grande Guerra. Antes, surgiu o *mare nostrum*, que deu força política a Mussolini para ocupar países mediterrâneos; outros, falaram em "limpeza étnica" e "espaço vital". Hoje, as coisas são mais sutis e a globalização não é um novo *mare nostrum* até porque todos querem ter acesso à economia mundial, ao comércio livre e desimpedido, ao que há de melhor nos países civilizados, à sua cultura, em particular. Mas não é só isso que deve condicionar o ingresso do Brasil nessa nova moda. Por falar em moda, que fim levou a "modernidade"?

Do final da Guerra aos dias de hoje, o Brasil continuou no berço esplêndido apesar de, entre 1964 a 1984, sua economia ter saído do 48º lugar para o 8º; foi um grande feito mas insustentável porque o desenvolvimento das grandes nações se alicerça na educação, no progresso científico, nas consequências tecnológicas e na capacidade gerencial. No campo militar, por exemplo, o avanço tecnológico surgiu desde a Segunda Grande Guerra é infinitamente maior que o ocorrido nos 2.400 anos que vão da Guerra do Peloponeso ao início deste século. Os EUA, com seu arsenal nuclear, pode explodir a Terra milhões de vezes. Avanços semelhantes houve em outros setores, na medicina, por exemplo.

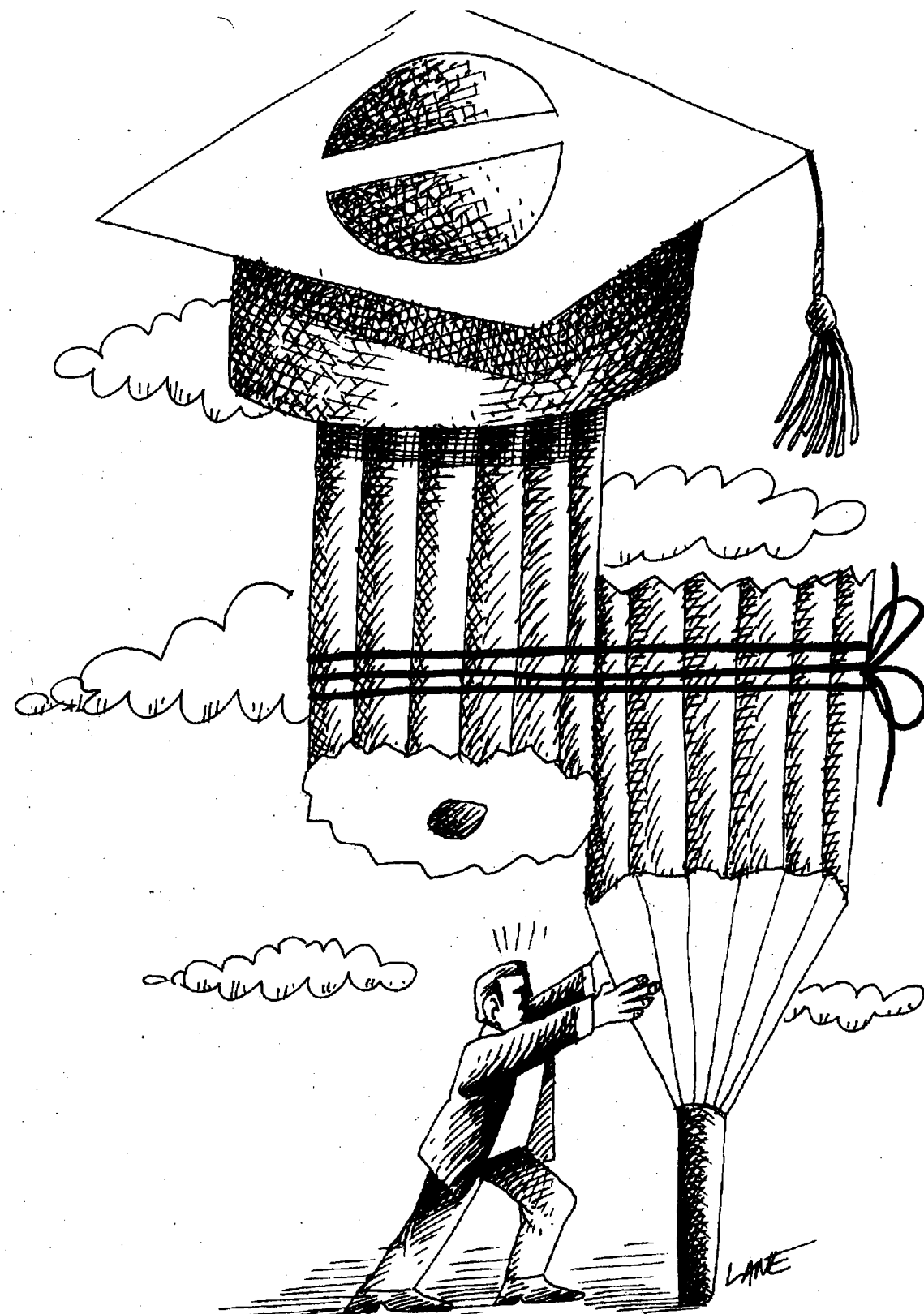
Afinal, o que há com o Brasil que não sai do nhenhênem? É o país com a maior extensão meridional e pode plantar o que o quanto quiser, em qualquer época do ano. É o único que pode dobrar ou triplicar a fronteira agrícola. Tem até minerais estratégicos em abundância, para não falar nos demais. Tem clima, extensão territorial, água e baixa densidade demográfica. "Que mais no mundo se te faz preciso?", perguntou o país sisudo ao filho estroina, Tertuliano, no famoso soneto. E ele próprio respondeu: "Juízo".

Juízo é o que tem faltado aos governos que não compreenderam a importância da educação e nin-

guém agüenta mais falar em reforma Meiji e em Tigres Asiáticos; todos sabem que saíram da miséria graças ao aprimoramento de seus sistemas educacionais. E nós, do Patropi, da Terra de Pindorama, nem conseguimos dar escolas a todos os adolescentes! Quantos estão fora? Há uns vinte anos, afirmei que eram mais de 6 milhões e quase acabou o mundo; hoje, observados alguns padrões de eficácia e funcionamento, deve haver mais que isso. Afinal, se mais de 90% dos que votaram não têm 8 anos de escolaridade, só resta lembrar o senador Francelino: "Que país é este?"

A educação brasileira acabou, faliu e morrer de morte matada mesmo. Tem aqueles 6 milhões de adolescentes fora da escola de 1º grau, outro tanto na de 2º e o 3º grau deveria ter o triplo dos alunos. Mas não é só isso. As universidades federais devoram hoje mais de 2/3 do orçamento do MEC e há quem fale em índice bem maior; e gastam em pessoal uns 90% do que recebem. Nunca houve tanto empreguismo nessas instituições quanto o registrado no último decênio. Imagine o que se passa nas outras universidades se na UnB, aí nas barbas do MEC, o número de alunos ficou igual (levando-se em conta que antes eram jubilados uns 600 alunos, anualmente), mas o número de professores e de funcionários dobrou; o número de ações trabalhistas, que andava em menos dez por anos, já são mais de 4 mil e o passivo transitado em julgado é de uns 130 milhões. Não se gasta pouco na educação brasileira. Gasta-se muito, mais de vinte bilhões na rede pública, e gasta-se muitíssimo mal.

A maior diferença entre o político e o estadista é que aquele cuida do dia de hoje e este do dia de amanhã. Por isso, dias piores virão e não entenderem que não bastam novas leis sobre a educação. Melhor até seria não haver nenhuma. Afinal, desde a antiguidade, a boa escola só depende de duas coisas: professores capacitados, que tenham condições de trabalho, e alunos que queiram estudar. Se dependesse de leis, a educação nos EUA não



seria a melhor do mundo, mas a pior de todas: sua Constituição bicentenária não menciona a palavra educação, ali não há leis de diretrizes e bases da educação ou outras quaisquer. E nem ministério da educação havia, pois foi criado por Carte e ninguém lhe dá atenção.

Caso já não seja tarde, as mudanças que nos livrarão de dias piores não virão por meio de leis, mas por exigência da sociedade, quando ela passar a cobrar a qualidade de ensino, que há muito foi para o espaço, em função do empreguismo, do assembleísmo e das greves sem fim. 75% dos recursos do MEC para o 1º grau; ensino público pago para quem pode pagar; salários do magistério do ensino fundamental da ordem do que é pago na universidade pública; promoções apenas por mérito e capacidade de trabalho para os professores e não por politichal e protecionismo; jubilação para os alunos sem aproveitamento. E tentar al-

cançar índices de desempenho universitário decentes: não é possível que nas universidades federais haja uns 6 ou 7 alunos por professor quando em países avançados há uma 4 vezes mais. É um vexame. Na UFRJ, para reeleger-se, um reitor contratou uns 3 mil favelados, ali em frente, na favela da Maré. Sabem o que lhe aconteceu? Nada. Também falta responsabilizar civil e criminalmente reitores e diretores.

Se isso não foi feito, a tal globalização, quando chegar, vai engolir todo mundo. Em países desenvolvidos, o operário ganha umas oito vezes mais que o nosso; para isso contribui o fato que recebeu educação muitíssimo melhor que os nossos trabalhadores, o que lhe permite produzir umas oito vezes mais e melhor.

**JOSÉ CARLOS AZEVEDO**